



A Santa Sé

VIAGEM APOSTÓLICA A PORTUGAL

12-15 DE MAIO DE 1982

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AOS BISPOS PORTUGUESES
NA RESIDÊNCIA DE NOSSA SENHORA
DO CARMO EM FÁTIMA**

Quinta-feira, 13 de Maio de 1982

Veneráveis e queridos Irmãos no Episcopado,

1. AQUI EM FÁTIMA, no ambiente em que a vossa Conferência Episcopal costuma celebrar suas reuniões habituais, o Sucessor de Pedro tem hoje a ventura e a alegria de encontrar-vos e reunir-se convosco. Esta circunstância, em si mesma secundária, reveste entretanto um significado: estar aqui fisicamente no meio de vós torna concreto em mim o sentimento de que espiritualmente aqui estive e aqui estarei de agora em diante, sempre que neste lugar vos reunirdes colegialmente.

Quanto a mim, quisera aproveitar esta hora de convívio fraterno, no quadro da minha peregrinação a Fátima e visita pastoral a Portugal, para reflectir convosco sobre alguns aspectos da missão como Pastores do vosso povo e como Conferência Episcopal. O Concílio Vaticano II, como bem sabeis, realçou a importância das Conferências Episcopais como elemento de comunhão e expressão dos *affectus collegialis* do Episcopado entre si, sob a dependência e união com o Sucessor de Pedro.

É nesta união afectiva que aqui vos saúdo hoje, amados Irmãos, com o ósculo da paz: saúdo o Senhor Presidente, Dom Manuel de Almeida Trindade, e cada um de vós, Bispos que integras esta Conferência Episcopal Portuguesa.

A presença particularmente viva e sentida de Nossa Senhora neste Santuário contribui para fazer do nosso encontro uma expressiva imagem daquela “sala superior” onde, no dizer dos Actos dos Apóstolos, os Onze “eram assíduos à oração com Maria, Mãe de Jesus” (Cfr. *Act.* 1, 14) e onde, provavelmente, Pedro e os outros Apóstolos se achavam com Nossa Senhora na manhã de Pentecostes.

Este momento breve mas denso que vivemos “com Maria”, aqui, seja para nós e para Igreja em Portugal um tempo de verdadeiro Pentecostes. Para isso nos assista com a sua luz e com a sua força o Espírito do Pai e do Filho.

2. Enquanto me é possível conhecer a realidade humana do vosso País, a partir do contacto com alguns de vós e com vossos fiéis em Roma, impressionam-me alguns aspectos ligados sobretudo ao momento histórico que Portugal está a viver.

Trata-se certamente de um momento de transição. Como em todos momentos de transição, sobretudo quando esta, por ser rápida e profunda, assume as características de verdadeira *mutação cultural*, fazem-se presentes – às vezes alternativamente, outras vezes confusamente – entusiasmo e ansiedade, ousadia e medo, abertura para um futuro encarado com optimismo e necessidade de reafirmar, se não recuperar, valores sólidos do passado. É que tais valores, não raro, são sacrificados em momentos de euforia.

Admiro neste Portugal, desejoso de ser uma Nação moderna, inserida na Europa contemporânea, a interessante coexistência de características tradicionais, enraizadas numa história muito antiga e rica de tradições, com outras características dependentes da abertura para o futuro.

Quanto à problemática pastoral, forçosamente influenciada pelo que acontece no plano humano e civil, não me surpreende entrever no Portugal actual notável convivência de um profundo sentimento religioso, do qual as multidões que estou a ver em Fátima são apenas um aspecto, mas que se manifesta ainda mais na vida das Paróquias de certas zonas do País e, por outro lado, uma inegável marca daquilo que, para abreviar, denominarei secularismo: agnosticismo nos meios intelectuais, universitários e de largas faixas da juventude; certa concepção da vida ou certo humanismo sem Deus; graves problemas no ambiente familiar, sobretudo no que diz respeito à indissolubilidade do matrimónio; afrouxamento da consciência moral e conseqüente relaxamento dos costumes; procura do bem-estar a qualquer preço, etc.

A Igreja, pelo que existe de espiritual e religioso, de ético e humano nestas realidades, não as pode ignorar. Ela possui critérios e pontos de referência que a levam a tomar posição diante dos muitos problemas concretos que brotam dessa conjuntura de transição ou, mais exactamente, de mutação. Ela tem interesse em não se deixar atropelar pelas contradições e desafios que tal conjuntura apresenta. Ao contrário, procura identificar esses desafios para poder oferecer-lhes uma resposta antes que se tornem insolúveis.

3. Neste ponto os Pastores da Igreja têm um papel de primordial importância que, em virtude do carisma episcopal e de um mandato de Deus, só a eles pertence. Ninguém assumirá esse papel, se eles não o assumirem.

Este múnus do Bispo está relacionado fundamentalmente com o carisma de Pastor, um dos principais da vocação episcopal.

Se não fosse breve o tempo e premente o programa, cederia ao desejo de descer convosco às profundezas deste carisma, tal como o revela São João no admirável capítulo décimo do seu Evangelho. Numa parábola e respectiva explicação, Jesus fala do Pastor à luz da sua condição de Bom Pastor. Haveria muito a dizer sobre o Pastor que conhece as ovelhas pelo nome; que dá a vida por elas; que as defende contra os ladrões, ou contra o lobo. Poderíamos reler juntos Santo Agostinho ou São Gregório Magno, nalgumas das suas páginas mais belas sobre o pastoreio, a que o primeiro chama “*officium amoris*” e o segundo, referindo-se à cura d’almas, chama “*ars artium*”.

Aqui desejo sublinhar apenas uma função do Pastor: a de guiar o rebanho. Guiar é ir à frente. À frente para fazer o reconhecimento do caminho: medir a profundidade das torrentes, detectar perigos, garantir a marcha; à frente para estimular e incutir coragem; à frente para mostrar o rumo certo e evitar desvios. Nas fases de instabilidade e mudança, é indispensável e preciosa a função destes guias e é abençoado o povo que os encontra nos seus Bispos.

Se pela graça do Espírito Santo, pelas virtudes e dotes cultivados com esforço e oração e pela sólida preparação, os Bispos de um País forem capazes de discernir, com clarividência, o sinal dos acontecimentos, muitos encontrarão neles alguém que, no meio de realidades ambíguas, porque polivalentes, faça a crítica das situações, das tendências, das correntes de pensamento e das ideologias e interrompa assim a marcha incerta. Se além de guias são pais, saberão incentivar a seguir por novos caminhos, ainda que desconfortáveis, abandonando os atractivos de sendas mais fáceis, mas quase sempre enganadoras.

A Igreja, especialmente esta sua parcela que está em Portugal, e aquele sobre quem pesa o ónus do Sumo Pontificado sabem que vós, Bispos portugueses, estais conscientes da vossa missão de Pastores e guias. Continuai a pô-la em prática sem hesitações, sobretudo quando se trata de indicar o rumo certo, no meio de um emaranhado de possíveis caminhos. A este propósito, tenho repetido que a Igreja não se arroga o direito de impor a ninguém a sua doutrina; mas tem o direito-dever de propô-la, com humildade e amor. Parafraseando Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi*, posso dizer que, se nós Bispos propusermos com desassombro a via da Igreja, quem, por preconceito, despreza tal proposta, pode pecar, mas a nossa consciência de nada nos acusará. Se, ao contrário, por cansaço ou temor, respeito humano ou incerteza das próprias convicções, deixarmos de propor o que sabemos ser a verdade, quem por causa disso permanecer na ignorância do Evangelho e de Cristo, talvez não peque, mas nós não seremos isentos de culpa.

4. A determinada altura o carisma do Pastor-guia encontra-se profundamente ligado ao de educador da fé. Guiar uma pessoa ou uma colectividade, orientar um processo de transformação, na perspectiva de um Bispo, é educar na fé.

Quanto mais observo a fé do vosso povo, sobretudo da gente simples, mais a admiro pelas raízes ancestrais que ela lança na alma dessa gente. Pela sua espontaneidade e singeleza, pelos gestos concretos que suscita e pelas atitudes que provoca nas relações com Deus e o seu Filho Jesus, com o sofrimento e com a própria morte, com as outras pessoas e com os acontecimentos, com o mundo presente e com o futuro. Por outro lado, vejo essa fé exposta ao perigo e até, como escreveu Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi*, assediada por muitas forças corrosivas, ameaçada na sua integridade e até na sobrevivência; isso porque, em virtude de circunstâncias históricas, que não podemos analisar aqui, essa fé não é sempre tão sólida quanto espontânea, nem tão profunda quanto sincera.

O vosso primeiro compromisso perante esta fé do vosso povo, é o de reconhecê-la e apreciá-la; de respeitar as suas manifestações autênticas; de defendê-la contra os fermentos que a põem em risco; de reforçá-la, libertando-a de eventuais elementos de credice e superstição e dando-lhe mais conteúdo doutrinal. Numa palavra, é o compromisso de educá-la à luz da Palavra de Deus e do Magistério da Igreja, de nutri-la com uma verdadeira catequese. Reconhecendo os esforços que tendes feito e estais a incrementar, exorto-vos a prosseguir na caminhada, sobretudo no que se refere a iniciativas relacionadas com a formação cristã dos jovens e dos adultos.

Não se encontra menos ameaçada a fé dos filhos desta Nação que, formados nas ciências, nas técnicas e nas artes, precisariam de ter na mesma fé um nível correspondente ao do saber humano. Tanto mais, que graças ao próprio status intelectual, se vêem chamados a ocupar postos de responsabilidade, de influência e de decisão, na sociedade civil.

São diversas, nos dois casos, as exigências e os meios de aprofundamento da fé, mas é igual o dever dos Pastores. Com o esforço que tendes feito e continuareis a fazer, como mestres da fé, para torná-la nos vossos fiéis mais consciente e menos condicionada, mais arraigada e menos superficial, mais compromissiva e menos individualista, mais operante e menos intimista, estais a actuar não só em benefício deles, mas também em benefício da sociedade. Isto vale especialmente para aqueles que, nos mais diversos sectores, estão investidos de responsabilidades sociais.

Não vos paralise, pois, o pensamento, em si mesmo justo, de que não vos compete, como Bispos, dar contribuições técnicas, de ordem política ou económica, para a transformação social do vosso País. Tende a certeza de que, exercendo o vosso magistério e educando à fé as pessoas e comunidades que vos estão confiadas por Deus, estais a preparar cristãos que, transformados interiormente, transformam o mundo, através das soluções técnicas que, a eles sim, compete oferecer à comunidade.

Nesta linha de comportamento, a Igreja possui e dá a conhecer um humanismo alicerçado na Verdade revelada, uma visão do mundo baseada no Evangelho, uma escala de valores iluminada pela fé. Não temais nem hesisteis em assumir tudo isso, certos de estar a realizar, como mestres na fé, um serviço ao homem.

5. É impossível não frisar, nesta altura, um outro aspecto de particular interesse na missão episcopal. Refiro-me ao vosso papel de construtores, garantes e mantenedores da comunhão eclesial.

Foi com palavras claras e incisivas que o Divino Mestre, na hora suprema do adeus aos seus Apóstolos, exprimiu o valor teológico e espiritual da unidade na Igreja. A história, por sua vez, tem demonstrado repetidamente que a Igreja é portadora de um grande potencial de energia, e revela prodigiosa eficácia na sua missão quando dá testemunho de unidade; e que, desgraçadamente, fica tolhida, quando lhe falta esse testemunho. O Concílio Vaticano II, na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, enquadra com muita felicidade essa dimensão eclesial, ao definir a Igreja como comunhão dos fiéis com Deus e entre si, para ser, como consequência, germe, princípio e fermento de comunhão no seio da humanidade.

A vossa missão de Bispos é serdes princípio e sinal dessa comunhão, serdes dela artífices pacientes e perseverantes.

Como é óbvio, comunhão em primeiro lugar dos Bispos entre si e no seio da Conferência Episcopal. O serviço pastoral que exerceis exige, ao nível mais profundo, uma sólida comunhão entre vós. Fundamentos desta comunhão, bem mais fortes do que aquilo que poderia dividir, são o único Senhor que vos chamou, a única verdade que servis, a única salvação em Jesus Cristo que anunciais e a caridade fraterna que vos congrega na unidade. Que o empenho colegial e de colaboração, de que tendes dado testemunho em múltiplas ocasiões no passado, continue a ser incrementado com o estudo em conjunto e a partilha de iniciativas locais de projecção nacional, em espírito de verdadeira comunhão responsável.

É no seio dos vossos Presbitérios que se prolongará a edificação da comunhão eclesial.

Os documentos conciliares lançaram nova luz à antiga realidade do colégio presbiteral reunido em torno ao Bispo no governo pastoral de cada Igreja particular. Preconizando a criação do Conselho Presbiteral e recomendando outros modos de colaboração, o Concílio quer que se traduza em gestos e acções concretas a harmonia entre o Bispo e os seus padres que a Liturgia e a Teologia sempre exprimiram em conceitos admiráveis.

Para ser afectiva e efectiva ao mesmo tempo, essa comunhão deve ser procurada e cultivada cada dia. Ela exige esforços de parte a parte e não raro a superação de barreiras e resistências. O testemunho claro e visível desta comunhão é portador de estímulos para a comunhão a outros

níveis.

Em segundo lugar, penso na comunhão que, por meio dos vossos presbíteros, deveis construir entre os fiéis.

Há muitos focos de tensão que tornam frágil e instável esta comunhão. Rótulo de “conservadores” e “progressistas” ou opções entre uma visão de Igreja mais espiritual e outra de maior empenho, ou a preferência por este ou aquele movimento eclesial: não é raro que tudo isso e muito mais ainda se torne ocasião de rupturas profundas na comunidade eclesial. Sem falar da tentação, sempre viva, de criar ou pelo menos deixar que se criem na Igreja as oposições e confrontos de classe que explodem funestamente na sociedade.

É dever dos Bispos, em união com seu Presbitério, não só não agravar os fermentos de divisão, mas reforçar os vínculos de unidade. A construção da comunhão eclesial não consiste – como bem sabeis – em desconhecer ou minimizar os conflitos, os germes de separação. Consiste em revelar e fazer prevalecer com tal credibilidade as forças de comunhão, em criar e em pôr em acção tais fermentos de unidade que as coisas que unem sejam afinal bem mais poderosas do que as que dividem.

Neste ponto os esforços despendidos por um Bispo para construir a unidade, vêem-se compensados pela irradiação do testemunho dessa mesma unidade.

6. Não quero encerrar estas considerações sem vos confiar algumas esperanças, na certeza de que elas correspondem aos vossos anseios e que este nosso encontro vos estimulará a intensificar esforços nos campos que agora recordo.

O primeiro campo é o das *vocações para o ministério presbiteral e para a vida consagrada*.

A Igreja habituou-se a receber do vosso País numerosos sacerdotes e religiosos ou religiosas, disponíveis para o serviço eclesial, quer na vossa Pátria, quer na actividade missionária em outros Países.

Seria absurdo pensar que Deus já não chama, em Portugal, como noutras terras, jovens cristãos, capazes e generosos, para o ministério sacerdotal ou para a vida religiosa. Importa e é urgente saber convocar esses jovens propondo-lhes um ideal exigente mas claro, uma identidade bem definida, um campo de acção capaz de lhes ditar o dom de toda a vida. Os Bispos, mais do que ninguém, devem assumir o empenho de fazer chegar ao maior número possível de jovens cristãos o convite de Cristo; e depois o empenho, não menor, de proporcionar-lhes um quadro de formação, um apoio ao seu ideal e uma tal perspectiva de emprego da própria vida, que eles se deixem fascinar por isso.

Continuai a prestar a máxima atenção à *catequese*. Só ela, se for bem orientada, quanto ao método e quanto ao conteúdo, pode assegurar ao vosso povo a possibilidade de crescer na própria fé.

Tendes em Bispos portugueses, do passado antigo e recente, modelos de Pastores atentos à urgência da catequese e dedicados a promovê-la entre os seus fiéis, com sentido de oportunidade, extremo cuidado quanto às verdades a transmitir e sensibilidade pastoral na busca da linguagem adaptada às pessoas a catequizar. Como símbolo evoco a figura admirável do Venerável Frei Bartolomeu dos Mártires, o grande Arcebispo de Braga, protagonista no Concílio de Trento, rico de virtudes e de zelo apostólico.

7. Partilho convosco, enfim, a minha preocupação pastoral quanto à *família* e aos seus autênticos valores.

Tenho consciência de encontrar-me num País que, ao longo da sua história, sempre teve a instituição familiar e os autênticos valores da família como pilares da sua civilização. É sabido também que, no centro da cultura que Portugal irradiou para além das suas fronteiras, nos novos mundos que foi descobrindo, se encontrou sempre o amor e respeito por esses valores familiares.

Como tive ocasião de salientar na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, esses valores nada perdem da sua actualidade: por eles passa o caminho para um humanismo pleno e cristão; e um insuficiente cultivo dos mesmos é certamente uma das raízes da grave crise moral que a todos nos inquieta.

A mutação a que me referi há pouco, característica do actual momento histórico de Portugal, atinge directamente a família. Atinge-a como interpelação para reconhecer e reconfirmar os seus verdadeiros valores e a despojar-se de falsos valores que, porventura se houvessem infiltrado nela. Atinge-a também, ferindo-a naquilo que lhe é essencial: a comunhão interpessoal, o amor como dom de si, como ajuda mútua, como perdão e como auto-superação, a unidade, a perenidade, a fidelidade e a fecundidade desse amor, a intimidade e a generosidade do lar, o respeito unido à estima e ao afecto na educação dos filhos, etc.

Quero convidar-vos a dar sempre um lugar eminente à família nas vossas preocupações de Pastores e guias. Continuai a examinar em conjunto qual é a situação real da família nas várias camadas sociais deste País: os grandes valores que nela existem, os males que a afligem e as ajudas que ela requer. E, com a cooperação ampla das várias instâncias eclesiais ou mesmo extra-eclesiais competentes, elaborai um plano de longo alcance não somente para a defesa e a salvaguarda, mas também e sobretudo para a promoção positiva da família. Incluí nessa Pastoral familiar todos os sectores, desde a educação para o amor até à ajuda a prestar às famílias sacudidas por crises mais ou menos graves e profundas.

Já sabeis que, ao incentivar quanto tendes realizado neste ponto, estareis a prestar, dentro da vossa missão própria, um notável serviço à Igreja, a qual tem nas famílias as suas células vivas. Indirectamente, neste campo, estareis a beneficiar também a sociedade portuguesa.

Veneráveis e amados Irmãos:

Agradeço a Deus que, sempre rico de graças, me proporcionou este encontro convosco. Não preciso repetir-vos que, na vida e actividade do Papa, os momentos que passa com os seus irmãos Bispos, tratando com eles de questões essenciais da vida e acção da Igreja, numa linha de co-responsabilidade colegial vivida, são dos mais densos. Ele nunca pode esquecer que, ao defini-lo como princípio visível de unidade, a *Lumen Gentium* acrescenta que ele o é, antes de tudo, em relação aos Bispos.

Por isso, depois de agradecer a Deus, quero agradecer-vos a vós também, por terdes querido esta reunião. A cada um de vós e à Igreja local representada por cada um de vós: ao seu presbitério, aos seus religiosos e religiosas, às suas famílias e pessoas, saúdo de coração e de coração abençoo *in Domino*. Peço a Deus que vele sobre vós, as vossas ânsias pastorais, os vossos êxitos e os vossos esforços. Que Ele vos assista nos vossos trabalhos e vos abençoe sempre.

E destas alturas de Fátima, que Nossa Senhora vos proteja sob o seu olhar materno, enquanto em todo o País vos devotais pela construção do Reino de Seu Filho.